

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23079.208684/2021-11

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de insumos para manutenção de equipamentos de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Fonte universal para notebook, adaptador c/10 plugs	378372	UND	119	156,17	18.584,23
2	Cartão SSD 120GB sata	465028	UND	1409	177,22	249.702,98
3	Memória RAM DDR2 800 Mhz 2GB - para PC	420880	UND	157	72,95	11.453,15
4	Memória RAM DDR2 800 Mhz 4GB - para PC	392455	UND	354	89,35	31.629,90
5	Memória RAM DDR3 1600 Mhz 4GB - para PC	439152	UND	810	141,61	114.704,10
6	Memória RAM DDR4 2400 Mhz 4GB - para PC	448628	UND	254	168,37	42.765,98
7	Memória RAM DDR4 2400 Mhz 8GB - para PC	449555	UND	434	276,87	120.161,58
8	Fonte ATX 500 watts reais	365294	UND	641	162,48	104.149,68
9	Adaptador Wireless Usb Wifi 150 Mbps	460834	UND	850	54,77	46.554,50
10	Cabo de força para fonte ATX tripolar padrão novo c/1,2 metros	396961	UND	707	14,43	10.202,01
11	Pasta térmica com prata – pote c/ 100 g	440061	UND	106	56,09	5.945,54
12	Álcool isopropílico	475517	Litro	168	35,73	6.002,64
13	Limpa contato elétrico – lata spray c/ 300 ml	367204	UND	206	17,23	3.549,38
14	Placa de rede PCI 10/100/1000 Mbps	339557	UND	127	88,68	11.262,36
15	Placa de rede PCI Express 10/100/1000 Mbps	450310	UND	246	81,05	19.938,30
16	Multímetro Digital portátil, para medições de tensão contínua e alternada	460122	UND	106	65,31	6.922,86
17	Carrinho dobrável para até 100 Kg de carga – em metal e rodas de borracha	376474	UND	57	82,25	4.688,25
18	Kit de ferramentas 36 peças p/ manutenção de Notebook – contendo Chave Torx: T2, T3, T4, T5, T6, T7, T8, T9, T10, T15, Chave Philips: 1.2, 1.5, 2.0, Chave de Fenda: 1.5, 2.0, Chave Hexagonal: 2.5, 3, 3.5, 4, 4.5, 5, 5.5, Chave Estrela (5	434221	UND	64	62,24	3.983,36

	Pontas): 0.8, 1.2, Chave Y: 2.0, Chave PH2, Chave Triângulo: 2.3, Chave U1: 2.6, chaves plásticas: 02, ventosa:01, pinça: 01 e Chave Pentalobe 30mm					
19	HD externo portátil, USB 3.0 c/ 2 TB	423941	UND	154	451,98	69.604,92
20	Testador de cabos c/ saídas RJ45, RJ11, BNC e USB	356306	UND	69	155,49	10.728,81
21	Cartão SSD 240GB sata	487697	UND	200	156,31	31.262,00
22	Placa de vídeo PCI Express	448139	UND	50	267,24	13.362,00
23	Roleta De Borracha (Brake Roller) - Scanner Fujitsu fi-6670	401224	Kit com 4	20	1.165,93	23.318,60
24	Pick Roller Scanners Fujitsu fi-6670	401224	UND	15	1.379,13	20.686,95
25	Cartão SSD 500GB sata	479103	UND	100	324,17	32.417,00
26	Unidade disco, tipo: rígido, capacidade: 2tb., tamanho: 3,5 pol., velocidade: 7.200 rpm, padrão: sata 3.0, memória cache: 64 mb Referência: Seagate Ironwolf 2TB, WD Red 2TB	424058	UND	50	379,46	18.973,00
27	Unidade disco, tipo: rígido, capacidade: 1 tb., tamanho: 3,5 pol., velocidade: 7.200 rpm, padrão: sata 3.0, memória cache: 64 mb Referência: Seagate, Western Digital	424057	UND	50	311,42	15.571,00
28	Caixa de cabo Ethernet CAT6 305 metros, condutor Fio sólido de cobre eletrolítico nú	375493	Caixa - 305 metros	33	987,15	32.575,95
29	Patch cords Ethernet CAT6 de 1,5 metros de comprimento, cor azul	367305	UND	220	34,25	7.535,00
30	Patch cords Ethernet CAT6 de 2,5 metros de comprimento, cor azul	465452	UND	755	57,75	43.601,25

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata.

1.3. Cada entrega deverá ter o valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais).

1.3.1. O valor mínimo será correspondente ao total da entrega, somando os itens solicitados por todas as UASGs, no mesmo período de entrega.

1.4. Estimativa de consumo do órgão gerenciador – UASG: 153115 e das unidades participantes:

ITEM/UASG	153115	160246	153145	762400	160251	153150	153162	791590	153132	153137	153128	160238	153120	158220	160068	152737	153152	153157	155766	QTD TOTAL
1	4	4	1	-	4	4	10	4	8	14	9	4	3	-	10	10	10	10	10	119
2	249	50	1	50	150	150	80	30	66	65	96	20	37	-	5	150	-	140	70	1409
3	20	20	1	-	20	-	-	20	1	16	54	-	-	-	-	-	-	-	5	157
4	77	40	1	-	20	-	-	20	1	6	54	-	50	50	-	16	-	14	5	354
5	61	40	1	20	40	40	30	20	52	75	114	20	55	5	35	80	-	92	30	810
6	10	20	1	-	10	10	-	10	20	44	44	20	-	-	35	20	-	-	10	254
7	47	10	-	5	10	10	40	10	22	29	48	20	62	-	-	30	-	51	40	434
8	36	30	1	10	20	20	30	20	69	42	105	20	50	14	40	60	-	74	-	641
9	131	100	-	-	100	100	80	-	55	75	100	10	-	2	5	-	-	92	-	850
10	10	30	-	-	10	10	160	10	13	15	10	10	60	5	40	300	-	14	10	707

11	24	10	-	-	2	2	6	2	9	8	10	5	8	-	5	4	-	9	2	106
12	9	5	-	-	5	5	20	5	39	16	18	10	18	1	-	6	-	9	2	168
13	10	20	-	-	5	5	20	5	12	24	20	5	38	2	5	6	-	24	5	206
14	10	10	-	-	10	-	10	10	2	20	30	10	5	-	-	-	-	-	10	127
15	12	10	-	-	10	10	20	10	16	18	43	10	-	5	10	40	-	22	10	246
16	3	5	-	-	1	1	6	1	7	10	5	5	25	1	2	26	2	5	1	106
17	4	2	-	-	2	2	4	2	8	9	5	2	1	-	1	5	2	6	2	57
18	6	5	-	1	2	2	6	2	4	13	3	3	4	-	1	-	4	6	2	64
19	7	5	-	1	2	2	20	2	7	16	16	5	21	-	22	4	10	12	2	154
20	8	2	-	-	2	2	-	2	7	15	3	2	6	2	-	6	4	8	-	69
21	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200
22	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
23	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
24	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
25	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
26	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
27	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
28	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	33
29	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	-	-	220
30	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	255	-	-	-	755

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (mais especificamente em seu item 2), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (mais especificamente em seu item 7), apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bens comuns, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos no item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única ou parcelada.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6. Os endereços de entrega dos itens são:

6.6.1. ALMOXARIFADO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UASG 153115): Rua Paulo Emídio Barbosa, S/Nº - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.941-615 - Telefone: 2590-0727, no horário de 09:00 h as 16:00 h, nos dias úteis;

6.6.2. COMANDO DO EXÉRCITO - DEPARTAMENTO CENTRAL DE MUNIÇÃO (UASG 160246): Estrada RJ 127 km 06 Paracambi-RJ;

6.6.3. INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO (UASG 153145): Av. Carlos Chagas Filho 373 - Bloco G Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ CEP 21.941-170- Tel. (21) 3938-6721 - Sr. Robson Coutinho;

6.6.4. ESCOLA NAVAL (UASG 762400): Av. Almirante Sylvio de Noronha S/N Castelo;

- 6.6.5. BATALHÃO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES (UASG 160251): Avenida Duque de Caxias 2940 Vila Militar;
- 6.6.6. INSTITUTO DE PUERICULTURA E PEDIATRIA MARTAGÃO GESTEIRA-IPPMG (UASG 153150): Rua Bruno Lobo 50-Cidade Universitária- Almoarifado-Telefone (21)3938-4738 - e-mail: almoarifado@ippmg.ufjf.br;
- 6.6.7. MUSEU NACIONAL DA UFRJ (UASG 153162): Avenida Bartolomeu de Gusmão, 875, bairro Imperial de São Cristóvão- Rio de Janeiro/RJ- Setor de almoarifado;
- 6.6.8. CENTRO ALMIRANTE ATILA (UASG 791590): a Ilha de Mocanguê Grande, s/nº - Mocanguê- Niterói-RJ e Estrada prefeito Wilson Pedro Francisco S/N - Ilha da Madeira - Itajaí - RJ das 08:30h às 11:00h e de 13:30h às 15:30h;
- 6.6.9. DECANIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (UASG 153132): Avenida Pasteur, nº 250, sala 104, Campus da Praia Vermelha - Urca - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22290-240;
- 6.6.10. DECANIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/UFRJ (UASG 153137): Av. Carlos Chagas Filho 373 - Bloco N/Seção de Almoarifado - Cidade Universitária/Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21941-590 Responsáveis: Adam Toledo adam@ccsdecania.ufjf.br José Luiz André andre.atgerenciais@ccsdecania.ufjf.br;
- 6.6.11. NUPEM/UFRJ - RIO DE JANEIRO Endereço: Av. São José do Barreto 764 - São José do Barreto, Macaé RJ - CEP: 27965-045 Responsáveis: Victor Valente almoarifado@nupem.ufjf.br Emanuel Gotardo administracao@nupem.ufjf.br;
- 6.6.12. DECANIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (UASG: 153128): Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240 - Almoarifado do CFCH/UFRJ - TEL: 3938-5147;
- 6.6.13. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ (UASG: 158221): Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240 - Almoarifado da ESS/UFRJ;
- 6.6.14. ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ (UASG: 158222): Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240 - Almoarifado da ECO/UFRJ;
- 6.6.15. FACULDADE DE EDUCACAO DA UFRJ (UASG: 153131): Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240 - Almoarifado da FE/UFRJ;
- 6.6.16. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS SOCIAIS DA UFRJ (UASG: 153129): Largo de São Francisco de Paula, nº 1, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240 - Almoarifado do IFCS/UFRJ;
- 6.6.17. INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFRJ (UASG: 153130): Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240 - Almoarifado do IP/UFRJ;
- 6.6.18. NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS DA UFRJ (UASG: 158240): Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240 - Almoarifado do NEPPDH/UFRJ;
- 6.6.19. INSTITUTO DE HISTÓRIA (UASG: 155765): Largo de São Francisco de Paula, nº 1 - Salas 201 e 203 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20051-070 - Almoarifado do IH/UFRJ;
- 6.6.20. COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRJ (UASG: 158219): Rua J.J. Seabra, s/nº - Lagoa - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22470-130 - Almoarifado do CAP/UFRJ;
- 6.6.21. Comando da Base de Apoio Logístico do Exército (UASG 160238): Avenida Brasil, nº 25.540, Deodoro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21615-335, Tel: (21) 2457-0458. E-mail: salc_licita_base@hotmail.com;
- 6.6.22. DECANIA DO CCMN (UASG 153120): - Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Edifício do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - Bloco D - Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 21941-916;
- 6.6.23. INSTITUTO DE ATENÇÃO À SAÚDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (UASG 158220): Av. Presidente Vargas 2863- Cidade Nova- Rio de Janeiro/RJ; CEP: 20210-030. Setor de Almoarifado, das 8:00h às 16:00h, de segunda à sexta-feira; Coordenador: Cláudio Marcos Ribeiro, tel: 3938-4412/4403;
- 6.6.24. DEPARTAMENTO DE CULTURA DO EXERCITO (UASG 160068): Praça Duque de Caxias 25, 5 andar;
- 6.6.25. CAMPUS MACAÉ (UASG 152737): Avenida Aluizio da Silva Gomes, nº 50, Granja dos Cavaleiros, Macaé/RJ, CEP 27.930-560 - Almoarifado do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé - ou em outro endereço próprio do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé definido pela Coordenação Administrativa do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, sendo o critério de volume de entrega o preponderante para esta alteração;
- 6.6.26. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ (UASG 153152): Av Brigadeiro Trompowsky S/N Ilha do Fundão;
- 6.6.27. DECANIA DO CENTRO DE TECNOLOGIA (UASG 153157): Avenida Athos da Silveira Ramos, 149 Cidade Universitária;
- 6.6.28. CAMPUS CAXIAS (UASG 155766): Rod. Washington Luiz, n.19593,

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67, Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	---------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Trata-se de objeto em que a entrega será imediata, sem necessidade de garantia contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

15.1.5. cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. **Multa**:

15.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

15.2.2.2. compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.2.3. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 15.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.131.837,28 (um milhão, cento e trinta e um mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023.

Higor Ferreira Ortiz dos Santos
Diretor da Divisão de Suporte e Atendimento

Aprovo o presente Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023.

Augusto César Gadelha Vieira
Superintendente de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Higor Ferreira Ortiz dos Santos, Diretor(a)**, em 06/02/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cesar Gadelha Vieira, Superintendente**, em 06/02/2023, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **2758858** e o código CRC **D5D428EB**.